

## Pesquisando democracia e desenvolvimento

Gildo Marçal Brandão - [gmb@usp.br](mailto:gmb@usp.br)

*Apresentação do seminário “Força e legitimidade”, sobre o programa de pesquisa do novo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democratização e Desenvolvimento da Universidade de São Paulo. O seminário foi realizado no segundo semestre de 2003 e as contribuições serão reunidas proximamente em livro.*

Como este seminário foi pensado como apresentação do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democratização e Desenvolvimento à comunidade uspiana, gostaria de começar observando o que, a meu juízo, nos aproxima e diferencia de organismos semelhantes, o que a forma de organização adotada, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, acrescenta em relação às atividades que tradicionalmente desenvolvemos nos departamentos. Salvo engano, a proposta de criação de núcleos de pesquisa na Universidade de São Paulo obedeceu a pelo menos duas ordens de considerações [1]. A primeira foi teórica: em suas formulações mais avançadas, o pensamento moderno acata a idéia de que as mais ricas interpretações da realidade derivam de enfoques metodológicos que relativizam os limites das abordagens disciplinares e estabelecem diálogo entre variados campos do saber. Seja nas ciências da natureza, seja, com maior ênfase, nas ciências humanas, a busca da inter e da transdisciplinaridade impõe-se como orientação básica, se o objetivo é dar conta da realidade. A segunda razão é institucional. Não é segredo para ninguém que, a par de suas conhecidas vantagens em relação à velha cátedra, a estrutura departamental do trabalho acadêmico dificulta por vezes a interlocução organizada entre campos disciplinares afins; dificuldade redobrada pela ambivalência das agências públicas de fomento à pesquisa, que mantém a retórica interdisciplinar, mas avaliam por disciplina.

Tudo isso acaba por provocar o aparecimento de outras formas de associação e cooperação entre pesquisadores de especialidades e orientações distintas. Os NAPs apareceram nesse contexto como tentativas institucionais de superar as limitações mencionadas. Contudo, também eles têm seus riscos. Sem que se saiba o que é causa e o que é conseqüência, ao verticalizar a vocação temática, acabam criando novas barreiras ao trabalho multidisciplinar; e tal verticalização favorece ou é favorecida pela feudalização. Quando esta ocorre, é como se a instituição destinada a criar novos laços de solidariedade intelectual, complementar e não concorrente aos departamentos, caísse no círculo de ferro do nosso velho personalismo, apenas recoberto por capa meritocrática (como se sabe, formulações como as de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*; Nestor Duarte, em *Ordem Privada e Organização Política Nacional*; Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *O Mandonismo na Política Brasileira*, entre outros, também se aplicam ao cotidiano acadêmico...).

Com base nesta percepção, nossa proposta foi a de criar um núcleo de pesquisa com escopo reconhecidamente amplo, que abordasse uma problemática e não apenas uma temática, e construísse sua identidade não pela crença em um Método ou em qualquer Teoria privilegiada, mas pela capacidade de funcionar em rede e de conjugar *expertises* diversas no processo de apreensão do real, por sua vez visado sempre como uma totalidade. Daí a sua composição, que reúne sociólogos, historiadores, filósofos, geógrafos, economistas e cientistas políticos - coisa rara nesta Faculdade - numa empreitada comum. Daí seu mínimo denominador: seja qual for o objeto posto para investigação, trata-se de *situá-lo* em suas relações com as outras esferas e aos problemas da sociedade global.

Nosso universo, assim, é o das ciências humanas, e o nosso *problema teórico*, horizonte de investigação, será, veremos adiante por que, o das complexas e desiguais relações entre os processos de democratização e desenvolvimento.

### Projeto acadêmico e contexto histórico

A problemática propriamente acadêmica não pode, logo se vê, ser divorciada da constelação histórico-política que lhe é subjacente, a qual demanda, também ela,

conhecimento totalizante e projetos alternativos. De fato, não é segredo para ninguém a explosiva carga de contradições internas ao processo de mundialização em curso: embora configure finalmente a categoria filosófica e moral de humanidade num ente social concreto, o faz de maneira desumana, com níveis de destruição e exclusão social de grande magnitude. Do ponto de vista sócio-econômico, a seletividade espacial dos grandes capitais, a fluidez do *hot money*, o controle das inovações tecnológicas, a competição acirrada entre empresas multinacionais apoiadas por seus estados nacionais, a contradição entre a mobilidade internacional do capital e a imobilização nacional da força-de-trabalho, a concentração de poder em algumas poucas nações, o avassalador processo de homogeneização cultural "pelo alto" etc., são componentes de época que favorecem o crescimento enviesado das forças produtivas e potencializam novas desigualdades entre povos, regiões e classes sociais. Por onde quer que se façam sentir, transformam profundamente estruturas, agências políticas e formas de consciência social. Quando vivenciados na periferia da economia-mundo, implicam sociabilidades que associam os dilemas da hipermodernidade com heranças coloniais, a fragmentação cultural contemporânea com a dissolução dos valores pré-modernos, o experimentalismo democrático com a ausência de direitos civis básicos, o potencial de internacionalismo, progresso e participação com a insegurança, incerteza, mesquinhez, desesperança e brutalidade da vida cotidiana.

Para usar a expressão de Luiz dos Santos Vilhena, o nosso é um mundo que se globaliza, mas no qual o "viver em colônias" repõe-se sob outras determinações. A poderosa internacionalização da economia brasileira não rompeu os laços da dependência, a estagnação das duas últimas décadas acirrou as desigualdades regionais, o retorno à democracia ainda não trouxe o enfrentamento da questão social na dimensão que esta requer. Tais hipotecas foram antes repostas, sobredeterminadas pelo novo contexto criado pela mundialização. Como algumas verdades foram esquecidas, é sempre bom lembrar que não estamos lidando com resíduos, expressões atrasadas ou ilhas perdidas em meio a um oceano de modernidade social ou tecnológica, mas com relações estruturais, constitutivas de nosso modo de ser e de ir sendo capitalista. Dito de forma sintética: capitalismo *high tech* e arcaísmo continuam andando de mãos dadas, e nós precisamos com urgência deslindar as novas formas em que isso acontece.

Posto isso, longe de mim negar o imenso - e nem sempre valorizado - caminho percorrido pela sociedade brasileira desde os tempos das lutas pelas liberdades democráticas e contra a ditadura militar. Sim, apesar da melhora - também bastante subestimada no debate cotidiano - de muitos indicadores sociais, o país continua apresentando brutais desigualdades, as tentativas de ampliar o mercado interno a ponto de incorporar o povo miúdo fracassaram ou foram derrotadas, a violência aumentou nas grandes cidades, e da classe média para baixo direitos civis e segurança pública não passam de abstrações. Apesar disso - ou justamente por causa disso - é cegueira minimizar a amplitude e a profundidade do nosso processo de democratização política. Em primeiro lugar, porque esta democracia foi basicamente conquistada pela luta, à diferença da redemocratização de 1945, que foi uma decorrência quase natural da derrota do fascismo na guerra e na qual o papel da resistência interna foi bem menor. Em segundo, porque ele incorporou a maioria da população adulta ao mercado político - e o fez, note-se, conjugando duas providências que historicamente provocaram horror aos liberais (sem falar nos conservadores, que aceitavam a segunda, mas não a primeira...), como a eliminação do veto ao analfabeto e a obrigatoriedade do voto. Em seguida, porque permitiu ou promoveu uma explosão de associativismo - de *empowerment* de grupos e organizações sociais - em escala jamais ocorrida na sociedade brasileira. Em quarto, porque não foi limitado, como o de 1945-1964, pela proibição da representação legal dos partidos vinculados às classes subalternas. Em quinto, porque ao longo desses 20, 30 anos, abriu estrada para que todos os grupos políticos significativos exercessem governo, colocando finalmente a jovem democracia brasileira diante do desafio da alternância do poder. Alternância que não se dá apenas entre partidos, mas entre forças do *establishment*, já em si mesmo profundamente renovado, e outras oriundas das classes subalternas, com a incorporação ao sistema de poder de quadros e grupos políticos de alguma maneira representativos de setores historicamente excluídos ou politicamente marginalizados. Um olhar atento, portanto, perceberá que os dilemas institucionais vividos pela

sociedade brasileira vêm recebendo soluções razoavelmente progressistas. Não é pouco, insisto, tendo em vista tanto a história política progressista como o contexto em que tal processo tem ocorrido: num quadro de fragilidade econômica e acachapante hegemonia da ideologia liberal e das políticas liberistas (cujos resultados têm sido, para dizer o mínimo, francamente inferiores aos do nacional-desenvolvimentismo). Podemos avaliar positiva ou negativamente essa experiência, podemos disputar o quanto de transformismo ela contém, podemos ajuizar em que medida é contraditória ou homóloga ao predomínio do liberismo, e é cedo ainda para saber se sobreviverá a si mesma, mas o fato é que ela é inovadora e merece reflexão mais sistemática do que tem tido.

Não quero, com isso, assumir um institucionalismo rasteiro para o qual se as instituições funcionam, tudo está bem, basta não fazer marola nem pretender mudanças abruptas e profundas. Como escrevi noutro lugar, nem sempre é possível perceber na ciência política dominante “onde termina o seu realismo e começa a aceitação resignada (e a apologia indireta) do existente, como a ênfase no avanço possível serve de freio ao necessário, quando o gradualismo do processo se transforma em capitulação diante do dado” (em [Idéias e Intelectuais: modos de usar](#), em *Lua Nova*, 54, número dedicado a “Pensar o Brasil”, p. 33). Sei, por isso mesmo, que esta positividade relativa do processo de democratização não é, em si mesma, garantia alguma de acertos futuros. Na verdade, ela fornece o terreno onde, como Anteu, podemos haurir forças para confrontar os dilemas da “construção interrompida”. Com efeito, são tantas as contradições que se acumulam na vida social e política brasileira, é tão nítida a percepção do esgotamento das oportunidades históricas, que não temos como escapar do desafio de investigar as (novas, complexas, por vezes contraditórias) relações entre democratização e desenvolvimento; e, a partir desse estudo, formular novos projetos para a nação.

Ora, assumir um programa de pesquisa como este implica reconhecer que as instituições contam, os estados nacionais pesam, as especificidades culturais não são irrelevantes, as trajetórias históricas e políticas fazem diferença, e que, portanto, a ideologia de mercado contemporânea é mais uma arma de combate do que uma descrição realista do processo. Implica também, e ao mesmo tempo, que “não se pode pensar a nação nos limites da nação” (para usar a precisa expressão cunhada por Eduardo Portela). Esta dupla determinação (teórica) por sua vez, é requalificada pelo horizonte político, vale dizer, pela consciência de que a necessária retomada do nosso *nation building* é possível e o é na perspectiva de sua suprassunção (para usar o termo técnico pesado, mas preciso, que Paulo Menezes forjou para traduzir a *Aufhebung* hegeliana), a integração física e espiritual do Cone Sul.

Se este arrazoado é consistente, então qualquer projeto emancipatório não dispensa, mas exige, a intervenção dos cientistas e dos intelectuais. A reavaliação do caminho percorrido e a construção de novo projeto envolvem a articulação do conhecimento científico dos mecanismos de transformação dos capitalismo avançado e periférico, e da morfologia política e social brasileira (e sul-americana), com a capacidade de propor soluções positivas para os problemas nacionais - e nada disto é possível apenas com os políticos, sem pesquisa acadêmica, sem a universidade, sem os intelectuais. Isto não significa que estes sejam ou devam agir como demiurgos, substituindo-se às classes, atores políticos e movimentos sociais, até porque a densidade adquirida por uns e outros tornou obsoleta a situação histórica legitimadora da assunção de um “mandato” por parte dos intelectuais (conforme a clássica formulação de Nabuco segundo a qual os abolicionistas não podiam não ser advogados *ex officio* das classes oprimidas, pois de outra forma estas “não teriam meios de reivindicar os seus direitos, nem consciência deles”), mas tão somente que sem eles ficaria comprometida a possibilidade de traçar estratégias viáveis para a democratização progressiva do país, para a promoção da igualdade social, para o adensamento de sua presença internacional, e mesmo para a criação de um novo ente político e cultural no Sul da América.

Por outro lado, não é pouco o que nossas universidades podem oferecer ao debate sobre os destinos nacionais e regionais, e todos sabemos que têm se mantido aquém de suas possibilidades. A universidade pública, em especial, como universidade republicana e de ponta, deveria acompanhar de maneira mais sistemática a ação governamental, disputar a própria formulação das políticas públicas, planejar a

formação de especialistas brasileiros em outros países (os nossos “argentinistas”, “chilenistas”, “venezuelanistas”, “americanistas”, “africanistas”, “europeístas” etc.), e não deixar nas mãos da burocracia e do mundo privado a definição dos rumos da democratização do sistema de ensino. Além disso, como espaço suprapartidário e acima dos interesses imediatos, o ambiente acadêmico é um fórum tão privilegiado como subutilizado para o diálogo entre governo e sociedade. A Universidade de São Paulo, em particular, tem a obrigação de responder às demandas e aos problemas do país, não apenas gerando soluções tecnológicas para o desenvolvimento nacional, mas também ajudando a canalizar tal desenvolvimento para a naturalização da cidadania e a promoção do progresso social.

### **Por que “democratização e desenvolvimento?”**

Resumindo o argumento: não há como retomar o que Celso Furtado chamou de a “construção interrompida” sem investigar de maneira científica (e materialista...) os dilemas atuais, sem formular uma teoria que oriente esse processo. E fazer boa pesquisa e boa teoria é, ou deve ser, o nosso negócio. Mas dizê-lo não é suficiente para explicar porque escolhemos “democratização e desenvolvimento” como guarda-chuva e como fio condutor de nossas preocupações. Porque essa escolha é tudo, menos óbvia.

Quando começamos a amadurecer a idéia de um NAP de amplo escopo, não temático, tivemos a maior dificuldade em encontrar nome e sigla que traduzissem adequadamente nossas intenções. Lembro que durante toda a década de 1990, o termo “desenvolvimento” foi praticamente banido do dicionário e até hoje muita gente sente incômodo em usá-lo. Podemos até compreender as razões dessa supressão, todas ligadas à crise terminal do estado nacional-desenvolvimentista, à devastadora crítica promovida pelo liberalismo emergente e ao desarvoramento da esquerda. O fato é que o capítulo considerado encerrado na trajetória econômica e política brasileira não era apenas o velho “desenvolvimentismo”, mas a própria temática do desenvolvimento, recusa disfarçada pela fórmula hipócrita segundo a qual “o objetivo de toda política econômica é o crescimento”. Como se a experiência histórica brasileira não registrasse políticas econômicas que buscaram denodadamente a reprodução do antigo regime (cf. Florestan Fernandes sobre o bloqueio da utopia liberal pela ideologia liberal no Segundo Império; Celso Furtado sobre a política econômica de Joaquim Murinho e a relação entre oligarquia agrária e industrialização na Primeira República etc.), como se insistir na necessidade do desenvolvimento fosse dispensável, por tautológico, como se este fosse uma decorrência natural e inevitável da conservação da estabilidade, como se a sociedade não fosse dividida por interesses contrapostos.

A discussão entre nós foi acirrada. A aposta que acabou prevalecendo foi que o tema voltaria com muita força e polarizaria a discussão política nos próximos anos. Como sugeri, o que estava na minha cabeça - e, em maior ou menor grau, na de todos os professores comprometidos com a criação de um novo NAP - era a insatisfação tanto com a fragmentação disciplinar e o conhecimento teórico decorrente que estamos, cientistas sociais, produzindo, como com as respostas que os economistas e os políticos têm dado aos novos problemas postos pelas transformações do mercado mundial, pelas metamorfoses do mundo do trabalho, pelo esgotamento das instituições do estado varguista, e pela dissolução das esperanças em uma renovação do socialismo. Era também a certeza de que boa parte da esquerda nada mais tinha a oferecer, pelo menos do ponto de vista teórico, seja porque seu marxismo sobrevivia como crença religiosa e ressentida diante do mundo em mutação, seja porque muitos de seus descrentes passaram a engrossar as fileiras do liberismo (conservando do velho marxismo o determinismo estrutural, agora a serviço do capitalismo, e jogando fora as suas aspirações transformadoras, como observa corrosivamente Mangabeira Unger em *Democracy Realized*). Mas uma resposta (ativa e não passiva, afirmativa e não acomodatória, como a que está sendo a do liberalismo econômico e a do social liberalismo político) ao estreitamento de horizontes e do raio de manobra disponível ao país, implica a retomada da “questão do desenvolvimento”. Em seu duplo sentido: como *processo* social global, por isso distinto do mero crescimento, especialmente daquele promovido a qualquer preço; e como *projeto* de transformação estrutural da sociedade brasileira, encampado por agentes históricos-políticos discerníveis e

preocupado com a herança (ambiental, institucional, cultural) a deixar para as gerações futuras. Em outros termos, em tais condições inóspitas, só poderia haver desenvolvimento se fosse formulada uma renovada teoria e uma nova estratégia de desenvolvimento.

Parte disso pode parecer hoje óbvia, mas é preciso não esquecer que essa discussão ocorreu numa ocasião em que, no plano internacional, um livro como *O Desenvolvimento como Liberdade*, de Amartya Sen, parecia mais a exceção que confirma a regra, e no plano local, muita gente, à direita e à esquerda, sequer percebia a existência de disputa interna ao governo Fernando Henrique Cardoso, ou, percebendo-a, não aceitava caracterizá-la como entre “(neo)liberais” e “(neo)desenvolvimentistas” - terminologia hoje de uso comum, mas que foi à época cunhada por Brasília Sallum Jr.. Divisão que volta a se reproduzir, como se sabe, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, deixando claro que não se trata apenas de etiquetas jornalísticas ou de meras autodenominações dessa ou daquela *coterie* tecnocrática, mas de concepções e contradições políticas e ideológicas profundamente enraizadas na vida brasileira.

A ênfase no “processo”, a recusa a pensar a teoria política em termos exclusivamente normativos e com independência da análise do capitalismo realmente existente, a consciência metodológica de que é um equívoco estudar instituições e valores divorciados dos processos, repetiu-se na escolha do conceito de “democratização”, de preferência à “democracia”. É claro que somos quase todos partidários da democracia como valor universal; vários de nós havíamos tentado anos atrás criar um “Núcleo de Estudos da Democracia”; e especificamente, consideramos que longe de estar resolvida, a “questão democrática” permanece como a determinação essencial e o fio de Ariadne do estudo e da vida política brasileira. Mas, então, por que “democratização”? Por que não, simplesmente, “democracia”?

Acontece que boa parte da ciência política contemporânea raciocina como se houvesse “um corpo suficientemente claro e consistente de teoria democrática”, como se “esse corpus teórico apenas requer(esse) modificações marginais para servir como ferramenta conceitual adequada ao estudo das novas democracias”. Ora, como reconhece autocriticamente um dos maiores praticantes dessas premissas, a primeira é “errada” e a segunda, em consequência, é “impraticável” (Guillermo O’Donnel, “Teoria Democrática e Política Comparada”, *Dados*, v. 42, n. 4, 1999, p. 578). Ao contrário dessas suposições, a democracia não é um conjunto de instituições e regras estabelecidas, cujo sentido, uma vez adquirido, permanece inalterado; ao contrário, estas nem sempre foram as mesmas, modificaram-se ou foram modificadas ao longo do tempo. Por outro lado, o seu significado não é dado somente pelas teorias e lutas de hoje, mas pelo que ela representou para as gerações passadas. Por mais minimalista que se seja, deve-se reconhecer que nenhum arcabouço institucional que permite a seleção competitiva de elites dirigentes foi implantado sem que os atores (pelo menos boa parte deles) que o conquistaram tivessem sido motivados por ideais semelhantes aos da teoria política clássica.

Ao constatá-lo, não estou negando a assente distinção entre a democracia dos antigos e a dos modernos - que pode ser sintetizada na idéia da descoberta moderna da subjetividade e da consequente cisão entre moralidade e eticidade, e seu corolário, a impossibilidade de recriar uma bela totalidade análoga à dos gregos - mas acentuando as profundas transformações que esta sofreu desde o final do século XVIII, quando “democracia” e “democrata” começaram a qualificar os antagonistas da monarquia e da aristocracia. Tocqueville ainda pôde considerar modelo de democracia um país que praticava a escravidão. No confronto analítico e prático entre “sociedade aristocrática” e “sociedade democrática”, “república” era carreira aberta ao talento e “democracia” significava menos instituições representativas e mais o exercício da soberania por parte do “povo” (do que era definido como “povo”), conteúdos que apenas lenta e contraditoriamente foram traduzidos em formas institucionais. A percepção de que implicava governo de partido e partidos em competição só se afirmou derrotando o velho liberalismo e o novo democratismo, uma vez que ambos concebiam as associações coletivas como usurpadoras das liberdades individuais e conspiradoras contra o bem comum. O sufrágio universal e direto foi outra invenção tardia. O voto feminino só ganhou cidadania no século XX. O que entendemos hoje por democracia, enfim, não seria reconhecida como tal por um democrata da primeira metade do XIX,

assim como provavelmente será insatisfatória e até equivocada para o homem do final do XXI.

Numa palavra: a democracia não é um dado, mas um processo; não é uma coisa em si, mas também um movimento político determinado, apoiado por determinadas forças políticas e classes sociais que lutam por determinados fins. E isto não apenas em geral, mas também no particular. Sabemos por experiência própria que não há trajetória linear para a democracia. Na verdade, como reconhece O'Donnell, todo modelo de democracia não passa de "condensação da trajetória histórica e da situação atual dos países originários", mas nesse mundo pós-colonial as experiências dos outros países que podem ser considerados democráticos são tão mais numerosas, diferem tanto do que ocorreu no coração do sistema, que, acrescentemos, a seqüência marshalliana da expansão secular da cidadania e dos direitos, sendo verdadeira, antes confunde do que esclarece. Em primeiro lugar, porque cristalizada em "pré-requisitos", "etapas necessárias" ou "ordem lógica", acaba sendo utilizada à direita e à esquerda para estigmatizar como desvio e fracasso antecipado tudo que nela não se enquadra. Em segundo lugar, porque também à democracia se aplica o argumento de Gerschenkron para o desenvolvimento: a própria existência da "desenvolvida" impede que a "subdesenvolvida" refaça o mesmo caminho. Uma sociologia histórica menos eurocentrista mostraria também que a disseminação de procedimentos como o sufrágio universal e secreto, o voto feminino, a eliminação do critério censitário na definição de cidadania etc., nem sempre se deu do centro para a periferia; vários deles foram adotados antes em países periféricos (ao centro do momento). E como, apesar dos esquemas, os homens fazem a história, carências podem gerar respostas pouco usuais, obstáculos estruturais podem, em circunstâncias distintas, funcionar positivamente, desequilíbrios históricos podem gerar atalhos, dar margens a novas combinações ou conduzir a becos sem saída. O ponto, bem entendido, não é celebrar as "vantagens do atraso", mas reconhecer que, se não estamos "fora do sistema da ciência", a ordem em que os fenômenos universais se realizam entre nós é outra e nem por isso exclusivamente falsa, nem aleatória; ou, de maneira mais genérica, que a democracia política pode assumir formas institucionais distintas e com diferentes impactos em suas sociedades.

Buscar a lógica específica do fenômeno social específico, eis a regra hermenêutica. Desse ângulo, não há porque aceitar a divisão mundial do trabalho intelectual que reserva a "teoria" para "os outros", cabendo-nos a "aplicação" dessa teoria às peculiaridades locais, a produção de matéria empírica para consumo e industrialização pelos intelectuais dos países centrais. Ao contrário, o objeto com que lidamos não é "singular", mas "universal", pode ter significação teórica em si, tanto no sentido de que pode ser a manifestação local de um processo mundial, como porque pode ser o ponto - o elo mais fraco? - em que este pode ser reconhecido e criticado como tal. Como dizia Florestan Fernandes no prefácio à *Sociologia numa Era de Revolução Social*.

Através de escolhas judiciosas, o sociólogo brasileiro pode contribuir de forma original e criadora para o enriquecimento de ramos da teoria sociológica que não podem ser cultivados com a mesma facilidade por seus colegas dos 'países desenvolvidos' do mesmo círculo civilizatório. As sociedades que se afastam do tipo 'normal', inerente a determinada civilização, representam, em si mesmas, um problema teórico para a ciência. As explicações válidas para o tipo 'normal' nem sequer se aplicam às suas objetivações em condições especiais. É de enorme interesse científico não só introduzir as retificações necessárias nessas explicações, mas, principalmente, construir modelos de explicação congruentes com as flutuações da realidade. Na verdade, apenas a investigação intensiva e cuidadosa de casos dessa natureza permite estender a teoria de forma consistente, íntegra e sistemática, a todas as manifestações de um mesmo tipo social. Desse ângulo, a posição do sociólogo brasileiro é quase privilegiada, pois poderá propor-se tarefas de grande significação teórica para a sociologia. Basta que procure interpretar os fenômenos observados tendo em vista o que as descobertas representarem no contexto da análise sociológica da sociedade de classes (p. 20 da 2a. ed.).

### **Linhas de pesquisa**

São essas as nossas ambições, é este é o nosso fio condutor. Na tentativa de operacionalizá-las e tendo em vista os temas de investigação já trabalhados por seus pesquisadores, o Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democratização e Desenvolvimento optou por organizar suas atividades de pesquisa em torno de quatro grandes linhas. Retomo aqui, agora *ipsis litteri*, o texto da Justificativa, antes mencionado.

### *1. Transformações dos estados nacionais*

Este eixo temático toma como principal área de estudos a América do Sul e, obviamente, o Brasil, e engloba investigações tanto sobre a gênese, estrutura e desenvolvimento dos estados nacionais como sobre os processos modernos pelos quais estão sendo relativizados pelo fortalecimento de entidades subnacionais, pela expansão de organismos multinacionais e pela criação de blocos supranacionais. Trata-se de privilegiar o exame de conjunturas críticas - mudanças globais e concentradas no tempo, que forçam a reorganização das esferas da existência e a reformulação dos quadros mentais que organizam o saber - e análises comparativas entre países. Discutirá a estruturação dos aparatos do estado, as mecânicas de seu funcionamento e sua relação com os diversos atores sociais e internacionais.

### *2. Formação territorial e exercício do poder*

Nesta linha estão contemplados estudos de logística, telemática, geografia política e geopolítica, abordando tanto a conformação das fronteiras e as relações internacionais, quanto às questões de distribuição do poder internamente ao país (com temas como o pacto federativo e as relações entre os níveis de governo). As temáticas da soberania, do regionalismo, da disparidade regional e da formação dos territórios serão destacadas.

### *3. Teoria e história das idéias políticos e sociais*

Este item agrupa tanto estudos de teoria social e política como a história e a historiografia de certas idéias e fisionomias intelectuais e políticas (com ênfase, novamente, no pensamento brasileiro e sul ou latino-americano), buscando rastrear filiações e padrões, compreender os processos pelos quais os homens tomam consciência de seus conflitos e os levam até o fim. Abordar-se-á a história das idéias, a história das instituições e a própria história das diversas ciências humanas, articulando-as na ótica da chamada crítica da ideologia. Nesse sentido, o esclarecimento das lutas espirituais do passado é tomado como pressuposto necessário à proposição de estratégias políticas para o presente.

### *4. Políticas públicas e demandas sociais*

Este último eixo possui um enfoque mais aplicado, propondo-se acompanhar a formulação e a execução de certas políticas públicas no Brasil, avaliando-as em referência aos interesses nacionais, aos benefícios sociais e ao aprofundamento da democracia representativa. Trata-se de uma área em que a pressão pela crítica, mas também pelas propostas afirmativas é mais premente. Estudos comparados com outros países e avaliação de modelos e procedimentos experimentais de gestão pública compõem o universo de investigação antevisto”.

### **Projetos temáticos e outras atividades**

Como se lê na nossa proposta, “além das pesquisas, o NADD, sempre quando cabível, pretende desenvolver atividades de difusão e divulgação de conhecimentos, de assessoria e consultoria de órgãos públicos ou de interesse público, eventualmente de docência e extensão. Pretende, além disso, criar um sistema de informações e dados estatísticos e torná-lo disponível a qualquer pesquisador universitário. Elaborou-se uma programação da qual constam: estruturar grupos de pesquisa, estabelecer convênios, gerenciar e executar projetos, organizar colóquios e seminários, constituir um banco de

dados e um acervo bibliográfico especializados, editar uma revista e outras publicações (*working papers*, cadernos de pesquisa, etc), abrir um *site* específico, programar cursos e palestras, articular-se com uma rede de instituições congêneres”.

Algumas dessas coisas já estão em andamento. Temos realizado uma série de seminários, seja com convidados externos como Ignacy Sachs, Immanuel Wallerstein, Rubem Ricupero e Marcelo Escolar, seja sobre textos de seus próprios integrantes, professores e pós-graduandos, nesse caso sob responsabilidade do prof. Cláudio Vouga. E, principalmente, estamos tentando articular dois projetos temáticos. O primeiro, sobre “Idéias, intelectuais e poder no Brasil na segunda metade do século XX”, buscará reconstruir as histórias da teoria do desenvolvimento e da idéia da democracia. Do ponto de vista cronológico, a pesquisa tratará de abordar por etapas “o tempo do desenvolvimento” (anos 50 e 60) e “o tempo da democracia” (anos 70 e 80) e, dependendo dos resultados, “o tempo do liberalismo” (anos 90). Do metodológico, a investigação assume a idéia gramsciana segunda a qual o que se mede nos processos sociais é justamente a capacidade de expansão e persuasão das minorias ativas, o modo pelo qual as grandes teorias se tornam - quando se tornam - formas de consciência social; e tentará, em conseqüência, fundir dois tipos de história intelectual tratados habitualmente separados: uma história social das idéias - da batalha das idéias - e um estudo da formação dos intelectuais, isto é, dos quadros e das agências que as produziram. O segundo, “A questão meridional em escala global: padrões e dilemas da democratização e do desenvolvimento na América Latina”, envolve o estudo comparado das experiências históricas da Argentina, Brasil, Chile, Venezuela, Colômbia e México, de uma ótica que permita repensar, do ponto de vista da periferia, as teorias que explicam o capitalismo globalizado (economia-mundo, globalismo, conflito de civilizações, império, teorias pós-coloniais etc.). Do ponto de vista prático, a tentativa será de importar para as ciências sociais a forma de organização de pesquisa melhor praticada pelos cientistas naturais, trabalhando em rede com pesquisadores de outras instituições. Sem esquecer, é claro, a necessidade de abertura e incorporação de jovens pesquisadores (pós-graduandos, recém-doutores etc.).

### **Infra-estrutura de pesquisa**

Uma das nossas iniciativas mais ousadas é, sem dúvida, o Consórcio de Informações Sociais - CIS, já em atividade na sede do Núcleo. Ele resulta de um convênio da USP, tendo o NADD como executor, com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, e conta com o apoio da Fundação Ford. O projeto foi formulado e é coordenado pelo professor Brasília Sallum Jr., do Departamento de Sociologia da USP e do NADD, e funciona de acordo com as diretrizes de um comitê acadêmico constituído por representantes das instituições envolvidas e de vários programas e centros de pesquisa vinculados a ANPOCS.

Como se explica no projeto, a idéia é “construir um *sistema cooperativo de informações sociais* que colete, organize em meio eletrônico e conceda aos pesquisadores amplo acesso às bases de dados e de instrumentos de coleta de informações já produzidas, ou que vierem a sê-lo, sobre os mais diferentes aspectos da sociedade brasileira. O CIS foi criado para ampliar a infra-estrutura disponível de informações para a pesquisa social no país, utilizando-se dados existentes, mas hoje pouco acessíveis à comunidade científica. De fato, a maioria dos dados colhidos costuma ser utilizada apenas no âmbito de projetos específicos. Isso vale para pesquisas ligadas a dissertações, teses, relatórios de pesquisa não vinculados a pós-graduação, e mesmo, para investigações não acadêmicas, realizadas por órgãos públicos de planejamento e avaliação, por empresas de consultoria, de publicidade, etc. Depois de servirem aos seus fins originais, os dados são usualmente arquivados e, dentro de algum tempo, descartados, na medida que ocupam espaço e não têm mais serventia. O Consórcio pretende superar esta situação, tornando públicos e amplamente acessíveis dados que até agora circulam pouco ou não circulam.”

Como fazê-lo? “Cada investigador cede os dados e instrumentos de coleta que levantou e/ou construiu em sua pesquisa, o CIS lhes dá um formato que os torna acessíveis e disponibiliza para os demais investigadores. Na medida que um grande número de pesquisadores participar, ainda que cada um forneça um número restrito de informações ou instrumentos, ganha acesso às informações dos demais. Assim, o



Consórcio de Informações Sociais funciona como um intermediário que multiplica o acesso a dados antes só disponíveis para seus produtores originais”.

A idéia, como vêem, é simples, mas ambiciosa. Com tal sistema cooperativo de informações sociais, estamos - a USP, via o NADD, está - constituindo uma estrutura interinstitucional de alcance nacional, um centro difusor de meios de produção científica para toda a comunidade acadêmica brasileira de ciências sociais; e para isso foi essencial a articulação com a Anpocs e o apoio da Fundação Ford.

### **O seminário “Força e legitimidade”**

Com isso chegamos à atividade do dia. Há bastante tempo que queríamos realizar um seminário que apresentasse o novo NAP à comunidade acadêmica. Organizado pela profa. Raquel Kristch, da Universidade Estadual de Londrina e nossa pesquisadora associada, e pelo prof. Bernardo Ricupero, com ajuda do prof. Cláudio Vouga, ambos do Departamento de Ciência Política da USP, ele foi pensado sob o impacto da guerra do Iraque. Salvo engano, ninguém duvida que estamos vivendo um momento de mudança qualitativa no cenário internacional, especialmente depois do 11 de setembro e da guerra do Iraque, com a emergência de um tipo de terrorismo tão ousado como bárbaro e politicamente nefasto, com a captura do governo da nação mais poderosa do planeta por uma elite fundamentalista disposta a fazer valer a superioridade tecnológica e militar do país para reorganizar revolucionariamente a ordem mundial, e com a tentativa recíproca de transformar o conflito social em conflito de civilizações, definidas estas além do mais pelas religiões. Tais mudanças, como sentimos na pele, não afetam somente as relações e as instituições internacionais, mas o comportamento dos mercados, os equilíbrios políticos, as formas de consciência social e as guerras culturais no interior de cada país; forçando, em conseqüência, a retomada da discussão de velho tema no âmbito da teoria política: o da legitimidade do uso da força e o da força da legitimidade. Foi nesse quadro que Raquel e Bernardo assumiram a organização de um seminário que não ficasse restrito às questões disciplinares das “relações internacionais”, mas enfrentasse o desafio de pensar, na realidade contemporânea e sob vários aspectos, a relação entre os dois termos.

Salvo engano, refletem adequadamente essa concepção tanto a estrutura do seminário (com mesas redondas sobre “Ruptura e transformação no mundo contemporâneo”, “Legitimidade, legalidade e interesses”, no primeiro dia, e “Território, poder e justiça” e “Uso e abuso da força e suas conseqüências”, no segundo) como a participação dos professores e pesquisadores Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (do Departamento de Antropologia), Oliveiros S. Ferreira, Gabriel Cohn, Rafael Duarte Villa, Cícero Romão Araújo, Bernardo Ricupero, Eduardo Kugelmas e Rossana Rocha Reis (Ciência Política), Rolf Kuntz (Filosofia) Antonio Carlos Robert de Moraes (Geografia), Brasília Sallum Jr. (Sociologia), todos da USP; Walquíria Domingues Leão Rego (Sociologia), Andrei Koerner (Ciência Política), e Luiz Gonzaga Belluzzo (Instituto de Economia), todos da Unicamp; e Raquel Kristch (Ciência Política da UEL).

À Raquel, ao Bernardo e ao Cláudio, os meus agradecimentos. Mas esta apresentação não estaria completa sem referência a determinadas pessoas e instituições. Tanto para a sua criação como para o seu funcionamento, o Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democratização e Desenvolvimento, ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa, tem contado com o apoio inestimável do Departamento de Ciência Política e da direção da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na USP. Agradeço especialmente ao meu amigo, colega e chefe Gabriel Cohn; e, em seguida, ao Sedi Hirano, ele próprio pesquisador do NADD, e à Márcia Gomes, que chefia a secretaria do DCP. Sem eles, esse seminário não teria sido organizado e o próprio NADD teria tido mais dificuldades para existir.

Agradeço a presença de todos, espero que o seminário seja produtivo e convido-os a participar não apenas desta, como de outras atividades que o NADD vier a fazer.

---

Gildo Marçal Brandão é professor do Departamento de Ciência Política e coordenador científico do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democratização e Desenvolvimento da

USP.

---

### **Nota**

[1] Parte do que segue se apóia em documentos oficiais do NADD, especialmente na proposta de criação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa, redigida pelo meu colega, prof. Antonio Carlos Robert de Moraes, do Departamento de Geografia da USP e vice-coordenador científico do NADD.

### **Gildo Marçal Brandão**

Professor do Departamento de Ciência Política da USP.

[gmb@usp.br](mailto:gmb@usp.br)

Publicado em *Gramsci e o Brasil* – [www.gramsci.org](http://www.gramsci.org)